

**AgRg no RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 105.134 - RS (2018/0296085-2)**

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**AGRAVANTE** : MARTA GONCALVES DA SILVA SOARES  
**AGRAVANTE** : DANIEL CLAIRTON SCHNEIDER  
**ADVOGADO** : RICARDO FERREIRA BREIER E OUTRO(S) - RS030165  
**AGRAVADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

**EMENTA**

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL. CRIME DESCRITO NO ART. 56, § 1.º, INCISO I, DA LEI N.º 9.605/1998. ARGUIÇÃO DE INÉPCIA DA DENÚNCIA. EXORDIAL ACUSATÓRIA QUE DESCREVE, SATISFATORIAMENTE, AS CONDUTAS, EM TESE, DELITUOSAS. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. INVIABILIDADE. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Nos crimes de autoria coletiva, é prescindível a descrição minuciosa e individualizada da ação de cada acusado, bastando a narrativa das condutas delituosas e da suposta autoria, com elementos suficientes para garantir o direito à ampla defesa e ao contraditório, como verificado na hipótese.

2. No caso, inexistente o alegado defeito da peça acusatória, na medida em que, conforme escoreta observação do acórdão impugnado, a denúncia descreve as condutas delituosas dos Acusados, relatando, em linhas gerais, os elementos indispensáveis para a demonstração da existência dos crimes em tese praticados, bem assim os indícios suficientes para a deflagração da persecução penal. Assim, a denúncia não é inepta, mas apenas possui caráter geral.

3. Segundo bem consignou o Tribunal *a quo*, "*a documentação que acompanha a inicial acusatória, além de apontar suficientes indícios de autoria, indica liame fático apto a conectar os pacientes aos fatos imputados como efetivos procuradores das empresas mencionadas (e não apenas como representante administrativo e advogada da empresa denunciada), o que justifica, em cognição sumária, o prosseguimento da ação penal*".

4. Agravo regimental desprovido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Sebastião Reis Júnior, Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro e Antonio Saldanha Palheiro votaram com a Sra. Ministra Relatora.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 07 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora